



University of
Texas Libraries



e-revist@s

Sumários.org



Centro Unversitário Santo Agostinho

revistafsa

www4.fsnet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 21, n. 12, art. 11, p. 211-229, Dez. 2024

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2024.21.12.11>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



Repensando o Desenvolvimento: Decrescimento, Simplicidade Voluntária e Bem Viver

Rethinking Development: Degrowth, Voluntary Simplicity, and Buen Vivir

Ana Karolina de Araújo

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba
Professora da Universidade Estadual do Tocantins / Campus Paraíso
E-mail: ana.ka@unitins.br

Carlos Eduardo Panosso

Doutor em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional pela UnB
Professor do Instituto Federal do Tocantins / Campus Palmas
Email: panosso@ifto.edu.br

Endereço: Ana Karolina de Araújo

Quadra 106 Sul, Alameda 1, Lote 7, Edifício Itacaiúnas,
Plano Diretor Sul, CEP: 70.020-054, Palmas/TO, Brasil.

Endereço: Carlos Eduardo Panosso

ARSE 14, alameda 01, lote 20A, apartamento 203A,
Residencial Califórnia, Plano Diretor Sul, CEP 77.020-
142, Palmas/TO, Brasil

Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 13/10/2024. Última versão recebida em 24/10/2024. Aprovado em 25/10/2024.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

Este artigo analisa como o conceito de "Bem Viver" pode ser uma base unificadora para as propostas de decrescimento sereno e simplicidade voluntária. Utilizando uma metodologia qualitativa, realizamos uma revisão bibliográfica de obras de autores como Serge Latouche, Paul Ariès e Alberto Acosta, que questionam o modelo de desenvolvimento econômico baseado no crescimento contínuo. Os resultados indicam que essas teorias propõem alternativas focadas na sustentabilidade ambiental, justiça social e melhoria da qualidade de vida, criticando o consumismo e a exploração descontrolada de recursos naturais. O artigo conclui que o "Bem Viver", inspirado nas tradições indígenas latino-americanas, oferece uma base teórica e prática para repensar o desenvolvimento, oferecendo uma visão de mundo mais harmônica entre seres humanos e natureza, baseada na justiça e na preservação ambiental e alinhada às necessidades contemporâneas globais.

Palavras-chave: Decrescimento Sereno. Simplicidade Voluntária. Bem Viver. Desenvolvimento. Sustentabilidade

ABSTRACT

This article analyzes how the concept of "Buen Vivir" can serve as a unifying foundation for the proposals of serene degrowth and voluntary simplicity. Using a qualitative methodology, we conducted a literature review of works by authors such as Serge Latouche, Paul Ariès, and Alberto Acosta, who challenge the economic development model based on continuous growth. The results indicate that these theories propose alternatives focused on environmental sustainability, social justice, life quality improvement, while criticizing consumerism and the uncontrolled exploitation of natural resources. The article concludes that "Buen Vivir," inspired by Latin American indigenous traditions, offers a theoretical and practical foundation for rethinking development. It presents a worldview that promotes greater harmony between humans and nature, rooted in justice, environmental preservation, and aligned with contemporary global needs.

Keywords: Serene Degrowth. Voluntary Simplicity. Buen Vivir. Development. Sustainability.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, tem-se observado um crescente interesse e debate em torno de novas ideias e paradigmas que refletem acerca dos desafios trazidos pelas sociedades capitalistas atuais e que buscam pensar outras formas de desenvolvimento que sejam mais equitativas e sustentáveis. Entre os paradigmas e ideias emergentes, destacam-se o "decrecimento sereno" proposto por Serge Latouche, a "simplicidade voluntária", de Paul Ariès e as reflexões sobre o "bem viver" (*buen vivir*) feitas por Alberto Acosta. Cada um destes conceitos oferece uma crítica profunda ao modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico contínuo e ao consumismo desenfreado, propondo alternativas que priorizam a qualidade de vida, a sustentabilidade ambiental e a justiça social.

Latouche (2009) questiona a ideologia do crescimento infinito em um planeta finito, argumentando que a busca incessante pelo aumento do produto interno bruto (PIB) tem contribuído para crises ambientais e sociais cada vez mais graves. Em contrapartida, propõe uma redução controlada e voluntária do consumo, promovendo uma economia baseada na suficiência e na solidariedade. Por sua vez, Alberto Acosta (2016) resgata o conceito de bem viver, oriundo das tradições indígenas da América Latina, que enfatiza a harmonia entre os seres humanos e a natureza. Acosta critica o desenvolvimento convencional por sua tendência a ignorar os limites ambientais e a promover desigualdades sociais, propondo uma visão de desenvolvimento que respeite os direitos da natureza e promova o equilíbrio ecológico. Por fim, Paul Ariès (2013), ao explorar a simplicidade voluntária, convida a uma reflexão sobre a cultura do consumismo e os impactos negativos do crescimento econômico não regulado sobre a qualidade de vida humana e o meio ambiente. Ele sugere que viver com menos pode reduzir o impacto ambiental e proporcionar uma vida mais satisfatória, baseada em valores de solidariedade, cooperação e bem-estar coletivo.

O objetivo deste artigo é realizar uma revisão bibliográfica de autores que estão repensando o desenvolvimento e buscando caminhos possíveis aos desafios trazidos pelo crescimento econômico nas sociedades atuais. Sustentamos que o ideal do "Bem Viver" pode ser pensado como pano de fundo para interligar as diversas concepções presentes em autores que estão refletindo e propondo formas alternativas de desenvolvimento que possa sustentar e melhorar a qualidade de vida das populações globais, garantindo a preservação ambiental e a equidade social. Ao examinar as contribuições de autores como Serge Latouche, Alberto Acosta e Paul Ariès, buscamos compreender suas propostas teóricas e explorar suas aplicações práticas e potenciais implicações para políticas públicas e práticas econômicas

globais. A ideia central é compreender como essas teorias convergem e se complementam na construção de um paradigma alternativo de desenvolvimento que esteja alinhado ao ideal do Bem Viver.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O mito ou a ilusão do desenvolvimento econômico

Em 1974, no seu livro “O mito do desenvolvimento econômico”, Celso Furtado já denunciava o problema de se pensar a questão do desenvolvimento econômico desassociado de uma análise das especificidades históricas e sociais, sobretudo nos chamados países “em desenvolvimento”. Furtado destaca a importância de se considerar as condições históricas específicas, das instituições sociais e das relações de poder na determinação dos padrões de desenvolvimento econômico.

Ao discutir o conceito de dependência econômica, ele aponta como as economias dos países em desenvolvimento muitas vezes estão integradas em estruturas globais que perpetuam relações desiguais de poder e troca. Isso contribui para o subdesenvolvimento ao invés do desenvolvimento sustentável e equitativo. Vejamos:

"O subdesenvolvimento tem suas raízes numa conexão precisa, surgida em certas condições históricas, entre o processo interno de exploração e o processo externo de dependência. [...] Quanto mais intenso o influxo de novos padrões de consumo, mais concentrada terá que ser a renda. [...] Assim, taxas mais altas de crescimento, longe de reduzir o subdesenvolvimento, tendem a agravá-lo, no sentido de que tendem a aumentar as desigualdades sociais." (FURTADO, 1974, p. 94).

Sua crítica à homogeneização das teorias econômicas e sua defesa de abordagens adaptadas localmente ressoam com os debates sobre desenvolvimento econômico inclusivo, a exemplo das ideias expostas por Giovanni Arrighi, sociólogo e historiador italiano, em seu livro “A ilusão do desenvolvimento” (1997).

Giovanni Arrighi oferece uma perspectiva crítica sobre o desenvolvimento econômico global, questionando suas premissas, consequências e narrativas ao longo da história. Ele investiga como o conceito de desenvolvimento se difundiu e se tornou um aspecto central das políticas globais desde o pós-Segunda Guerra Mundial até os dias atuais. Ao traçar a evolução do conceito de desenvolvimento desde o século XIX até o presente, ele examina como ele foi moldado por contextos geopolíticos, econômicos e ideológicos específicos e critica a forma como foi frequentemente definido e promovido pelos países do norte global em detrimento

dos países do sul. O autor argumenta que o projeto do desenvolvimento muitas vezes reproduz relações de poder desiguais entre países, perpetuando a dependência econômica dos países menos desenvolvidos em relação aos mais desenvolvidos.

Compreendemos que sua crítica à ideia dominante de que o desenvolvimento econômico linear e baseado no crescimento contínuo seja a única maneira de alcançar o progresso humano e social, dialoga, por exemplo, com as ideias propostas por autores como Serge Latouche e Paul Ariès, objeto de análise deste artigo. Tal como estes autores, Arrighi também realiza uma crítica às ilusões e falácias do desenvolvimento convencional e sugere que existem alternativas possíveis. Ele explora ideias como autonomia local, resiliência comunitária e desenvolvimento sustentável como caminhos para escapar das armadilhas do desenvolvimentismo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Decrescimento sereno e a simplicidade voluntária como alternativas ao desenvolvimentismo

O termo decrescimento tem como precursores pensadores como o intelectual francês André Gorz, que utilizou esse termo pela primeira vez, em 1972 e depois em seu livro *Ecologia e liberdade* (1977), e o economista Nicholas Georgescu-Roegen, considerado o pai da bioeconomia, em seu livro *The Entropy Law and the Economic Process* (1971).

Para engrossar o caldo da crítica à ideologia do desenvolvimento constante, Serge Latouche, um dos principais teóricos do movimento de decrescimento, que tem ganhado adeptos ao redor do mundo como uma resposta às crises ambientais e sociais, publicou em 2009 o seu livro “Pequeno tratado do decrescimento sereno”. Latouche realiza uma crítica ao crescimento econômico ilimitado, defendendo um modelo alternativo de sociedade baseado na sustentabilidade, na solidariedade e na qualidade de vida. A obra é estruturada em capítulos que abordam diferentes aspectos do decrescimento, começando com uma análise crítica das ideologias econômicas dominantes e passando para propostas concretas e práticas de implementação do decrescimento e utiliza uma abordagem interdisciplinar, envolvendo aspectos da economia, da ecologia e da sociologia para sustentar seus argumentos.

Latouche argumenta que o crescimento econômico infinito é impossível em um planeta finito e que ele contribui para a destruição ambiental e para a desigualdade social. Ele propõe que a busca incessante pelo crescimento está levando a humanidade a um beco sem

saída, aumentando os problemas sociais e ambientais. O autor defende o conceito de decrescimento como uma alternativa viável e necessária. Ele não propõe simplesmente uma redução do consumo, mas uma mudança radical na maneira como organizamos nossa economia e nossa sociedade, buscando uma diminuição controlada e voluntária do consumo de recursos.

A alternativa é efetivamente: decrescimento ou barbárie! Por todas essas razões, o decrescimento só pode ser considerado numa 'sociedade de decrescimento', ou seja, no âmbito de um sistema baseado em outra lógica. Para sermos rigorosos, em termos teóricos, convém mais falar de 'a-crescimento', como se fala de ateísmo, do que de decrescimento. Trata-se de conseguir abandonar uma fé ou uma religião, a da economia, do progresso e do desenvolvimento, de rejeitar o culto irracional e quase idólatra do crescimento pelo crescimento. (LATOUCHE, 2009, p. 117).

Para Latouche, a sustentabilidade ambiental só pode ser alcançada através de uma redução drástica do consumo de recursos naturais. Isso implica uma mudança de paradigma, passando de uma economia baseada no crescimento para uma economia que respeite os limites ecológicos do planeta. O decrescimento não significa necessariamente uma diminuição da qualidade de vida. Pelo contrário, Latouche argumenta que, ao reduzir o consumo excessivo e a busca incessante pelo ter mais, podemos alcançar uma vida mais satisfatória, focada em experiências significativas e em relações interpessoais.

O decrescimento não significa necessariamente uma regressão ou uma diminuição da qualidade de vida. Pelo contrário, a proposta do decrescimento é a de viver melhor com menos, rompendo com a obsessão consumista e focando em uma vida mais rica em termos de relações sociais, culturais e de tempo livre. Não se trata de simplesmente reduzir o consumo, mas de mudar completamente o paradigma econômico, respeitando os limites ecológicos do planeta e promovendo uma economia que não dependa do crescimento infinito.” (LATOUCHE, 2009, p. 71).

O autor critica severamente o consumismo desenfreado e a cultura do ter mais como fonte de felicidade. Ele sugere que a sociedade atual está presa em um ciclo vicioso de consumo materialista que não traz benefícios genuínos para a maioria das pessoas nem para o meio ambiente. Ao propor o decrescimento como uma alternativa ao desenvolvimento convencional, Latouche contribui para um debate crítico sobre o que realmente significa sustentabilidade em um contexto global.

Na mesma linha de pensamento, o livro “A Simplicidade Voluntária contra o Mito da Abundância” (2013), de Paul Ariès, aborda de forma crítica e provocadora o modelo de sociedade capitalista baseado no consumo excessivo e na busca constante por crescimento econômico. Ariès propõe um novo paradigma, o da simplicidade voluntária, como uma

alternativa ao que ele denomina "mito da abundância" — uma crença coletiva de que o crescimento econômico e a acumulação de bens materiais são os principais indicadores de sucesso e felicidade.

Ariès argumenta que o capitalismo moderno fomenta uma visão ilusória de que o bem-estar individual e coletivo está intrinsecamente ligado ao consumo sem limites. Ele sugere que a sociedade está presa a um ciclo vicioso, no qual a busca incessante por riqueza e status acaba por alimentar uma lógica de escassez, ao invés de proporcionar a abundância prometida. De acordo com o autor, "o mito da abundância é uma das maiores armadilhas do nosso tempo, pois ele desumaniza, ao transformar o indivíduo em mero consumidor" (Ariès, 2013, p. 48).

Essa lógica, segundo Ariès, não considera os limites ecológicos e humanos, resultando em degradação ambiental e alienação social. Para ele, a abundância material promove uma "miséria psicológica", em que o ser humano perde o sentido de comunidade e a capacidade de usufruir de prazeres simples e autênticos.

Como contraponto, o conceito de simplicidade voluntária é apresentado como uma forma de viver de maneira mais sustentável, tanto em termos ecológicos quanto pessoais. Ariès define a simplicidade voluntária como "a escolha consciente de reduzir o consumo e viver com menos, mas com maior qualidade de vida" (Ariès, 2013, p. 72). Essa proposta envolve uma série de práticas que visam revalorizar o tempo, a vida comunitária, a cooperação e uma relação mais harmoniosa com a natureza. Ariès não se limita a discutir a simplicidade apenas como uma prática individual, mas defende que a mudança deve ser coletiva e estrutural, envolvendo uma revisão dos valores econômicos e sociais que moldam as sociedades contemporâneas. Ele critica duramente o papel das grandes corporações e dos governos, que, segundo ele, perpetuam o mito da abundância ao promoverem o crescimento econômico a qualquer custo.

Um dos pontos mais interessantes do livro é a conexão que Ariès faz entre o bem-estar subjetivo e a escolha por um estilo de vida mais simples. Ele argumenta que as pessoas que adotam a simplicidade voluntária experimentam níveis mais altos de satisfação pessoal, pois trocam a acumulação de bens por experiências mais significativas. "A simplicidade voluntária permite ao indivíduo reconquistar o tempo e o prazer de viver, que foram roubados pela sociedade de consumo" (ARIÈS, 2013, p. 95). Esse ponto é corroborado, segundo ele, por estudos contemporâneos de felicidade e bem-estar, ao sugerirem que, após certo ponto, a renda material adicional não leva necessariamente a uma maior felicidade, enquanto a

qualidade dos relacionamentos, o tempo livre e o contato com a natureza se mostram mais relevantes.

Embora Ariès ofereça uma crítica incisiva ao consumismo e ao mito da abundância, sua obra, assim como de autores do decrescimento, tem sido alvo de críticas e acusada de apresentar algumas limitações. Em primeiro lugar, a simplicidade voluntária, como descrita, pode ser vista como uma prática acessível principalmente às classes médias e altas. Para muitos que vivem em situações de pobreza ou marginalização, a ideia de "voluntariamente" escolher viver com menos pode parecer utópica ou mesmo elitista. Em uma passagem do livro, ele reconhece que "a simplicidade voluntária não pode ser uma imposição, mas sim uma escolha consciente, feita por aqueles que têm a capacidade de decidir" (ARIÈS, 2013, p. 110).

Dentro desse movimento, e em busca de um novo vocabulário que "descolonize" o debate público da linguagem economicista (que vê o crescimento econômico como objetivo social), foi lançado, em 2016, o livro "Decrescimento: vocabulário para um novo mundo", que reúne diversos estudiosos, pesquisadores, ativistas e autores referências na literatura pós-crescimento, tal como o próprio Serge Latouche. Palavras como "simplicidade", "convivencialidade", "autonomia", "cuidado" e "recursos comunitários" são propostos como termos significativos para representar uma sociedade do decrescimento.

Apesar deste debate em torno da ideia de o decrescimento nascer em um contexto europeu, o que é muito interessante neste livro é o fato de, já na apresentação, haver uma problematização sobre como pensar a ideia de decrescer no contexto de um país como o Brasil, que tem o crescimento como um mito fundador que é "constantemente ressignificado e rearticulado pelos ocupantes do poder central" (D'ALISA *et al*, 2016, p.9). Vejamos:

Crescimento e desenvolvimento têm suas traduções na agenda política pelo crescimentismo e no desenvolvimentismo (com suas reelaborações tais como o "neodesenvolvimentismo" que marcou a primeira década do século XXI no país). Mas é uma ideologia tanto da direita neoliberal, com o Avança Brasil, de Fernando Henrique Cardoso, como do centro-esquerda dos governos Lula e Dilma e seus Programas de Aceleração do Crescimento (pacs) pac1, pac2 e pac3, planos sucessivos que significam um crescimento², já que se cresce de forma acelerada, isto é, duas vezes na potência, ou até mesmo o Ordem e progresso, releitura reacionária positivista do governo interino alçado ao poder após um golpe parlamentar, de um espectro de direita conservadora, por Michel Temer. Foi no Brasil que se pensou ser possível crescer "50 anos em 5 anos de mandato", como propôs o presidente Juscelino Kubitschek no seu "Plano de Metas" de industrialização e modernização, na era do aceleracionismo mundial do pós-guerra. (D'ALISA *et al*, 2016, p.9-10).

Para os autores, em um país cujo projeto político é marcado fundamentalmente pela ideia do crescimento, "implementado a partir do uso abusivo e extensivo dos recursos

naturais, tidos como fundamento exportador da economia” (D’ALISA *et al*, 2016, p.10), o debate sobre o decrescimento torna-se urgente para se pensar uma economia política e ecológica.

Todavia, surge o seguinte questionamento: como superar as críticas de que, na realidade brasileira, a ideia de decrescimento não funciona, visto que somos “um país criado a partir de uma colônia, em um processo de descolonização incompleto e marcado por sistemas racializados de exclusão e violência”? (D’ALISA *et al*, 2016, p.10). O livro nos traz uma perspectiva de resposta a essa indagação, pois que, por ser uma contribuição, ao mesmo tempo de movimentos sociais e da academia ativista europeia, a ideia de decrescimento não é colocada como uma “palavra de ordem”, mas como “um conjunto de reflexões que compartilham, a partir da perspectiva europeia, a crítica à ideia do crescimento como única possibilidade de existência” (D’ALISA *et al*, 2016, p.10) e que podem “ajudar a fazer pensar, a inovar nas formas de comunicação de reflexões e a mexer em velhos hábitos arraigados na memória coletiva, sobretudo hábitos crescentistas que se apresentam como universalizantes, totalizantes e como a única possibilidade de existência civilizacional” (D’ALISA *et al*, 2016, p.10).

Vejamos ainda outro apontamento sobre a possibilidade de aplicação da proposta do decrescimento em países do sul global:

Uma crítica frequente à proposta do decrescimento é que ele só é aplicável às economias superdesenvolvidas do Norte global. Os países mais pobres do Sul Global ainda precisam crescer para satisfazer necessidades básicas. Na verdade, o decrescimento no Norte liberará espaço ecológico para o crescimento no Sul. A pobreza no Sul é resultado da exploração de seus recursos naturais e humanos, a baixo custo, por parte do Norte. O decrescimento no Norte irá reduzir a demanda e os preços dos recursos naturais e dos bens industriais, tornando-os mais acessíveis ao Sul em desenvolvimento. No entanto, deve-se buscar o decrescimento no Norte, não com o objetivo de permitir que o Sul siga o mesmo caminho, mas, acima de tudo, visando liberar espaço conceitual para que os países do sul encontrem suas próprias trajetórias rumo ao que eles definirem como uma vida boa. (D’ALISA *et al*, 2016, p.26-27).

Essa desconstrução do progresso e do crescimento econômico como única possibilidade abre espaço para que outras perspectivas e imaginários possam aflorar como alternativas viáveis, como, por exemplo, os paradigmas da economia ecológica, da ecologia política, ou mesmo o ideal de Bem viver da América Latina, Sumak Kawsay, no Equador, e do Ubuntu, da África do Sul. No contexto brasileiro, podemos resgatar o ideal do “Teko Porã”

(filosofia do bem viver na sabedoria dos povos Guarani), muito bem representados por intelectuais indígenas como Ailton Krenak, Davi Kopenawa e Daniel Munduruku.

O mais importante é perceber que, mesmo tendo que levar em conta as especificidades e contradições históricas e culturais brasileiras, as ideias em torno do debate do decrescimento, em suas diversas perspectivas, proporciona a possibilidade de imaginarmos, além dos muros da academia, outras formas de existência e de construção de alternativas para o futuro que estejam alinhadas com a justiça social e a sustentabilidade.

Desse modo, para além das especificidades citadas, o que une os teóricos do decrescimento é o entendimento de que a gana por crescimento produz crises econômicas, sociais e ambientais e que, portanto, é preciso pensar outras soluções, que passam por pensar “novas formas de viver, produzir e consumir em comum, até novas instituições que possam garantir a subsistência de todos, sem crescimento” (D’ALISA *et al*, 2016, p.17). O objetivo é que:

Em uma sociedade do decrescimento, tudo será diferente: atividades diferentes, diferentes formas e usos de energia, relações diferentes, papéis de gênero diferentes, diferentes alocações de tempo entre trabalho remunerado e não remunerado, diferentes relações com o mundo não humano. (D’ALISA *et al*, 2016, p. 24).

Portanto, o decrescimento tem, por um lado, o viés da crítica ao crescimento, ao capitalismo, ao PIB e à mercantilização e, por outro lado, o viés construtivo, cujo imaginário está voltado para a economia reprodutiva do cuidado e dos recursos comuns, “corporificado em novas formas de viver e produzir, como ecocomunidades e cooperativas, e pode ser apoiado por novas instituições governamentais, como o compartilhamento de trabalho ou uma renda básica e renda máxima (D’ALISA *et al*, 2016, p.25).

Mas, afinal, qual o problema com o crescimento? Esse é um questionamento importante trazido pelos autores do livro “Decrescimento: vocabulário para um novo mundo”. O livro traz uma crítica ao crescimento econômico, destacando seus aspectos negativos, tanto no campo social quanto ambiental. Ele aponta que, embora o crescimento seja geralmente visto como positivo, traz consigo custos significativos, como problemas de saúde mental, poluição, jornadas de trabalho longas e injustiças sociais. Um ponto central do argumento é que o crescimento econômico é sustentado por trabalho invisível, muitas vezes realizado por mulheres em casa, e que esse trabalho não é valorizado ou remunerado adequadamente. Além disso, os autores afirmam que o crescimento perpetua desigualdades, explorando recursos de regiões mais pobres ou de territórios indígenas, enquanto os impactos ambientais e os resíduos são jogados nas periferias, atingindo as comunidades mais vulneráveis. Os autores

também sugerem que o crescimento econômico não melhora indefinidamente a qualidade de vida, pois acima de um certo nível, ele não aumenta a felicidade, já que, depois de atendidas as necessidades básicas, as pessoas tendem a consumir para competir em termos de status social, em vez de buscar bem-estar genuíno. No aspecto ambiental, o crescimento é visto como insustentável, uma vez que ultrapassa os limites ecológicos do planeta. Por fim, os autores defendem a ideia de decrescimento, que não é apenas uma necessidade imposta pelos limites do planeta, mas um projeto desejável em busca de maior autonomia, justiça e sustentabilidade, defendendo que o crescimento econômico, da forma como é conduzido, beneficia apenas uma parcela privilegiada da sociedade, enquanto marginaliza os mais vulneráveis e agrava as crises ecológicas globais.

O projeto do decrescimento busca autonomia que, “por sua vez, requer ferramentas de convivencialidade, ou seja, ferramentas que possam ser compreendidas, administradas e controladas por seus usuários” (D’ALISA et al, 2016, p.30) e que envolvem trabalho voluntário, tais como hortas urbanas em terrenos baldios, oficinas de conserto de bicicletas ou casas de adobe no estilo “faça você mesmo”. Este ideal de autonomia está relacionado a formas de autolimitações coletivas que são invocadas porque “se concebe a vida boa como viver de forma simples e limitar a pegada que deixamos no mundo não humano no qual vivemos” (D’ALISA et al, 2016, p.31), ou seja, está intrinsecamente relacionada ao ideal do Bem viver. Nesse sentido, o que todos estes autores propõem não é “um desenvolvimento melhor, alternativo ou mais verde” (D’ALISA et al, 2016, p.31), mas “imaginar e implementar visões alternativas ao desenvolvimento moderno” (D’ALISA et al, 2016, p.31).

Um outro ponto importante que este livro nos faz refletir é a relação entre o capitalismo e o crescimento econômico, afinal de contas vivemos em sociedades capitalistas, cujo crescimento é uma necessidade fundamental para a sua manutenção. Portanto, é improvável que economias capitalistas escolham voluntariamente interromper o crescimento, pois a acumulação de capital é essencial para o sistema. A ideia de "decrescimento" propõe um desafio ao capitalismo, ao sugerir uma sociedade que não busca acumular indefinidamente, mas que reconhece que já tem o suficiente. O decrescimento é visto como mais do que uma simples redução no uso de recursos; envolve a construção de uma sociedade com valores e instituições diferentes das capitalistas, onde a propriedade e o dinheiro são menos centrais, substituídos por formas de organização baseadas em princípios como simplicidade e cooperação. O decrescimento, então, representa uma transição para além do capitalismo, rumo a sociedades que vivem de maneira mais comunitária, sustentável e com menos excessos. Há diversas ideias sobre como essa transição pode ser facilitada, a exemplo

de práticas econômicas de base como “Ecomunidades, comunidades on-line, comunidades neorrurais, cooperativas, hortas urbanas, moedas sociais, bancos de tempo, feiras de escambo, associações para o cuidado de crianças ou de saúde” (D’ALISA *et al*, 2016, p.34):

Essas práticas de base têm cinco características em comum. Em primeiro lugar, há um redirecionamento, passando-se da produção para troca à produção para uso. Em segundo lugar, há uma substituição do trabalho assalariado por atividade voluntária, ou seja, desmercantilização e desprofissionalização do trabalho. Terceiro, elas seguem uma lógica em que a circulação de mercadorias é desencadeada, pelo menos em parte, por uma troca de “presentes” recíprocos, e não pela busca de lucro. Em quarto lugar, ao contrário do que acontece com a empresa capitalista, elas não têm embutida em si uma dinâmica de acumular e se expandir. Em quinto, são resultado de processos de “fazer comum”, ou seja, as conexões e relações entre os participantes têm um valor intrínseco em si e para si. Essas práticas são não capitalistas e diminuem o papel da propriedade privada e do trabalho assalariado. Elas são novas formas de recursos comuns. (D’ALISA *et al*, 2016, p. 35).

Por fim, os autores argumentam que a transição para o decrescimento precisa ser impulsionada por uma variedade de estratégias e atores, formando um "movimento de movimentos" que transforma tanto as práticas cotidianas quanto as instituições estatais. A questão central é sobre como essa transição vai ocorrer, quem serão os agentes, as alianças e os processos que a impulsionarão. Essa transformação social é vista como algo imprevisível e em constante construção. A pesquisa acadêmica sobre o decrescimento oferece argumentos e narrativas que podem ajudar a guiar esse processo de mudança.

Outra importante contribuição sobre o debate do decrescimento é o livro “Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade” (2012), que traz artigos de diversos autores, tais como o próprio Serge Latouche, Michael Löwy e François Chesnais. Os autores apontam que, diante de um contexto de alertas de cientistas e ambientalistas sobre o risco de colapso ambiental, com destaque para a urgência de uma mudança radical para evitar catástrofes, ou mesmo de economistas que começaram a reconhecer os limites desse modelo e a necessidade de uma transformação econômica para prevenir o colapso e alcançar justiça social, a solução passa pela mudança da competição para a colaboração e pela transição para uma sociedade com menor consumo, mais focada em qualidade de vida e felicidade coletiva. Os autores enfatizam que essas transformações normalmente demorariam séculos, mas que a crise atual exige ação imediata. As análises apresentadas no livro buscam entender as razões para a inação e sugerem caminhos para superar essa paralisia que vão de encontro aos autores analisados neste trabalho, tais como os ideais de bem viver, o decrescimento, a sustentabilidade e a simplicidade voluntária.

3.2 O bem viver como fundamento para um outro mundo possível

No livro “O Bem Viver: Uma Oportunidade para Imaginar Outros Mundos” (2016) , o economista e ex-ministro equatoriano Alberto Acosta propõe uma crítica ao modelo de desenvolvimento ocidental baseado no crescimento econômico ilimitado e na exploração desenfreada dos recursos naturais. Acosta, inspirado por cosmovisões indígenas da América Latina, apresenta o *Bem Viver* como uma alternativa política, social e econômica capaz de enfrentar as crises ecológicas e sociais do mundo contemporâneo. Ele questiona a noção tradicional de desenvolvimento e convida os leitores a imaginarem formas de vida que priorizem a harmonia entre os seres humanos e a natureza.

Acosta argumenta que o modelo de desenvolvimento capitalista está alicerçado em uma visão linear de progresso que, historicamente, desconsidera os limites do planeta e desrespeita os direitos dos povos originários e das comunidades locais. Ele afirma que esse modelo "não reconhece a pluralidade de formas de vida e desvaloriza saberes tradicionais que são essenciais para a sustentabilidade" (ACOSTA, 2016, p. 45). Essa crítica é dirigida ao que ele chama de "monocultura do crescimento econômico", uma lógica que subordina todas as esferas da vida à expansão do capital, muitas vezes à custa do bem-estar humano e ambiental.

Para Acosta, essa visão de desenvolvimento fracassa em fornecer soluções duradouras para as crises globais e aprofunda desigualdades sociais e degrada os ecossistemas. Ele questiona a ideia de que o crescimento econômico contínuo seja sinônimo de progresso e sugere que é necessário desvincular o bem-estar humano do aumento constante da produção e do consumo.

Como contraponto ao modelo capitalista, Acosta apresenta o Bem Viver (em espanhol, *Buen Vivir* ou *Sumak Kawsay* em quíchua), um conceito enraizado nas cosmovisões indígenas dos Andes, que valoriza o equilíbrio entre o ser humano e a natureza, bem como a convivência harmoniosa dentro da comunidade. Diferente do individualismo ocidental, o Bem Viver propõe uma ética de reciprocidade e de interdependência. Segundo Acosta, "o Bem Viver implica respeitar os ciclos da natureza e reconhecer que os seres humanos são parte de um todo, e não seus dominadores" (ACOSTA, 2016, p. 78).

Na mesma linha de pensamento de Acosta, o antropólogo Josef Estermann no livro “Filosofía Andina: Sabiduría indígena para un mundo nuevo” (2006), explora a riqueza e a complexidade das tradições filosóficas dos povos andinos, propondo uma reflexão sobre como essas sabedorias ancestrais podem contribuir para enfrentar os desafios contemporâneos. Estermann destaca a importância de compreender a sabedoria indígena não

apenas como uma coleção de práticas culturais, mas como um sistema de pensamento complexo e coeso, que oferece insights profundos sobre a relação entre os seres humanos e o mundo natural.

Assim como Acosta, Estermann discute o princípio de *Sumak Kawsay* ou "Boa Vida", filosofia de vida que enfatiza a harmonia com a natureza, a justiça social e a coletividade. Ele argumenta que, ao contrário das visões de progresso e desenvolvimento dominantes na modernidade, o *Sumak Kawsay* oferece uma alternativa que valoriza a sustentabilidade e o respeito pela terra e propõe que as formas de sabedorias indígenas podem servir como uma base para novas formas de entender e abordar questões como a crise ambiental e a desigualdade social.

No Brasil, o princípio do teko porã é uma expressão em guarani que remete à ideia de viver bem, em harmonia com a natureza e os seres ao redor. No contexto das cosmologias indígenas, o termo envolve não apenas uma dimensão material, mas também espiritual, ética e social, promovendo um equilíbrio com o meio ambiente e as relações interpessoais.

De acordo com Ailton Krenak, o conceito de "bem-viver", presente em várias cosmologias indígenas, está intimamente ligado à concepção de que os seres humanos são parte de um todo maior, não sendo superiores aos outros seres da natureza. Para ele, não há uma hierarquia que coloque o humano como o centro de tudo (KRENAK, 2019), pois todos os elementos, desde os rios até as árvores, têm um papel fundamental no equilíbrio do mundo. Esse pensamento ressoa no teko porã, que busca restaurar a harmonia perdida pelas práticas destrutivas impostas por uma visão ocidental de progresso.

Davi Kopenawa, líder Yanomami, traz reflexões semelhantes ao falar da importância de manter o respeito pelos "xapiri", os espíritos que habitam e protegem a floresta. Para Kopenawa, a destruição do ambiente afeta diretamente a saúde física e espiritual dos povos indígenas, comprometendo o "modo de vida" em harmonia com a natureza, similar ao que é expresso pelo teko porã, destacando a interdependência entre todas as formas de vida (Kopenawa e Albert, 2015).

Daniel Munduruku fala da importância do respeito às diferenças e da convivência em harmonia. Ele afirma que, para os povos indígenas, viver bem é respeitar o outro, respeitar a diversidade (MUNDURUKU, 2019). Essa convivência pacífica e equilibrada, baseada no respeito mútuo, está no cerne do que o teko porã propõe: um modo de vida que promove a equidade, a preservação ambiental e o bem-estar coletivo.

Portanto, o teko porã é uma filosofia que transcende o individualismo, propondo um modo de vida que prioriza o bem comum, o respeito ao meio ambiente e a conexão espiritual

com o mundo, temas que ecoam amplamente nas falas de pensadores indígenas como Krenak, Kopenawa e Munduruku.

Alinhado a esse argumento, Acosta sugere que o Bem Viver vai além de um simples modelo de desenvolvimento alternativo. Ele o descreve como uma "nova ontologia", uma forma de ver o mundo que resgata a dignidade das culturas indígenas e oferece uma visão pluralista de futuro. Nesse sentido, o Bem Viver se configura como uma proposta de transformação radical, tanto política quanto cultural, que rompe com as bases da modernidade ocidental.

Uma das questões mais desafiadoras levantadas por Acosta é a implementação prática do Bem Viver, pois embora seja uma proposta atraente do ponto de vista filosófico e ambiental, sua concretização em políticas públicas eficazes enfrenta muitos obstáculos. Ele reconhece que "a transição para o Bem Viver requer mudanças estruturais profundas, que incluem uma reconfiguração das relações de poder, a redefinição das prioridades econômicas e a incorporação de saberes indígenas no centro das decisões políticas" (ACOSTA, 2016, p. 113).

Acosta cita os exemplos do Equador e da Bolívia, países que incluíram o conceito de Bem Viver em suas Constituições, como avanços importantes, mas também destaca as limitações e contradições desses processos. Segundo o autor, apesar de essas mudanças legais representarem uma vitória simbólica, as práticas econômicas e políticas nesses países ainda são amplamente influenciadas pelas dinâmicas do capitalismo global, o que cria uma tensão entre o discurso oficial e a realidade prática. Acosta faz uma distinção importante entre o Bem Viver e o conceito ocidental de desenvolvimento sustentável. Enquanto o desenvolvimento sustentável, tal como é comumente entendido, procura apenas mitigar os danos ambientais do crescimento econômico, sem desafiar sua lógica subjacente, o Bem Viver busca uma transformação mais profunda. Ele critica o desenvolvimento sustentável por "não questionar a lógica produtivista e consumista do capitalismo, mas apenas tentar torná-lo menos destrutivo" (ACOSTA, 2016, p. 140).

Nesse sentido, o Bem Viver oferece uma crítica radical ao ambientalismo liberal, propondo a preservação de recursos para gerações futuras e uma reconciliação entre humanidade e natureza no presente. Para Acosta, não se trata apenas de garantir que a Terra continue a fornecer bens e serviços, mas de mudar completamente a relação de exploração que caracteriza o modelo de desenvolvimento dominante.

4 METODOLOGIA

A metodologia baseia-se em uma revisão bibliográfica qualitativa, cujo objetivo é explorar as principais teorias e propostas alternativas ao desenvolvimento econômico contínuo, com foco nas abordagens de "Decrescimento Sereno", "Simplicidade Voluntária" e "Bem Viver". Para tanto, foram selecionadas fontes acadêmicas, incluindo livros, artigos e teses, que abordam críticas ao crescimento econômico e ao consumismo, promovendo uma reflexão sobre a sustentabilidade e a justiça social.

Os autores analisados, como Serge Latouche, Alberto Acosta e Paul Ariès, foram escolhidos devido à relevância de suas contribuições para o debate sobre alternativas ao modelo de desenvolvimento capitalista. A busca por publicações se deu em bases de dados como Scielo e Google Scholar, privilegiando textos publicados entre 2000 e 2023. Além disso, as obras foram organizadas de forma a possibilitar uma visão comparativa entre os autores e suas propostas.

Segundo Lakatos e Marconi (2017), uma revisão bibliográfica permite uma ampla análise sobre determinado tema ao compilar diferentes perspectivas teóricas, o que contribui para a construção de um panorama crítico e atualizado do campo de estudo. Assim, a metodologia adotada permite investigar como os autores dialogam entre si e de que forma suas propostas podem ser integradas na construção de um paradigma alternativo de desenvolvimento, alinhado com o ideal do Bem Viver.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises do Bem Viver propostas por Alberto Acosta nos mostraram que os ideais do Bem Viver fundamentam e dão a base de sustentação às propostas do decrescimento sereno e da simplicidade voluntária, bem como de outros conceitos de autores que também estão pensando formas alternativas de desenvolvimento. Todas essas teorias convergem na busca comum de um novo paradigma ao desenvolvimento que tem como pano de fundo o ideal do Bem Viver.

As diversas críticas às formas de desenvolvimentismo e a ampla defesa de alternativas pós-capitalistas apresentadas neste trabalho se baseiam em fundamentos presentes no ideal do Bem Viver, que emergem dos conhecimentos tradicionais indígenas e em paradigmas teóricos críticos que têm sua base em ideias pluralistas e interculturais em construção. Essa diversidade de interpretações reforça a ideia de que o Bem Viver não é um conceito

homogêneo ou estático, mas um campo plural em constante construção, adaptado às realidades culturais e ambientais de diferentes povos. Nesse sentido, o Bem Viver não pode ser visto exclusivamente como uma ideia indígena, uma vez que incorpora influências de diversas correntes de pensamento, como o ambientalismo ocidental e o feminismo crítico. O conceito de "interculturalidade" é destacado como uma chave para entender a proposta, uma vez que rejeita a visão hegemônica da modernidade ocidental, mas também não a exclui. Essa interculturalidade se reflete na incorporação de saberes indígenas e modernos, propondo uma convivência plural entre diferentes formas de conhecer e existir. O Bem Viver é também evidente em sua rejeição ao antropocentrismo ocidental, que separa a humanidade da natureza. No Bem Viver, as comunidades são ampliadas para incluir seres vivos e elementos do meio ambiente, reconhecendo valores e direitos intrínsecos à natureza. Isso rompe com a visão ocidental de instrumentalização da natureza e estabelece uma relação de reciprocidade e respeito entre seres humanos e o meio natural.

O conceito de decrescimento faz uma crítica incisiva ao desenvolvimento, especialmente ao considerar a crise ecológica como ponto central. Outras abordagens críticas tendem a focar mais na questão da desigualdade social. O Bem Viver pode ser visto como uma síntese e atualização dessas duas visões. O Bem Viver enfatiza a importância da escala local e regional como a mais adequada tanto para resistir aos impactos negativos da globalização quanto para implementar alternativas práticas. A solução para os problemas atuais, segundo essa visão, vai além da economia, sendo também uma questão cultural que demanda um "retorno às origens", reconectando-se com a "identidade natural que expressa os valores de harmonia e equilíbrio na comunidade" (ACOSTA, 2016, p. 68).

As culturas tradicionais, em geral, desenvolveram sistemas de valores menos centrados na dominação e transformação da natureza, além de possuírem conhecimentos muito precisos sobre os ecossistemas locais. Isso resultou em modos de vida mais respeitosos ao meio ambiente e, conseqüentemente, mais sustentáveis. Esse aspecto é particularmente relevante para o paradigma do decrescimento, pois sugere que uma mudança em direção a um modo de vida mais simples, lento e local não deve ser vista como um retrocesso, mas sim como uma superação das distorções provocadas por um falso desenvolvimentismo.

Em conclusão, o presente artigo evidencia que os conceitos de decrescimento, simplicidade voluntária e bem viver representam críticas profundas ao modelo de desenvolvimento econômico baseado no crescimento contínuo e no consumismo desenfreado. As propostas de Serge Latouche, Paul Ariès e Alberto Acosta convergem em um ponto comum: a necessidade de repensar o desenvolvimento e construir alternativas que priorizem a

sustentabilidade ambiental, a justiça social e a qualidade de vida. A partir dessas reflexões, o ideal do Bem Viver se destaca como um pano de fundo unificador dessas teorias, promovendo uma nova visão de mundo que respeite os limites ecológicos do planeta e valorize a convivência harmoniosa entre os seres humanos e a natureza.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. O Bem Viver: Uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2016.

ALBERT, B; KOPENAWA, D. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés.

ARIÈS, P. A Simplicidade Voluntária contra o Mito da Abundância. São Paulo: Elefante, 2013.

ARRIGHI, G. A ilusão do desenvolvimento. São Paulo: Boitempo, 1997.

CORRÊA, E. G. Simplicidade voluntária: uma análise do comportamento de consumo consciente. Revista Brasileira de Marketing, v. 13, n. 3, 2014, p. 111-125.

D'ALISA, G.; DEMARIA, F; KALLIS, G. (orgs.). Decrescimento: vocabulário para um novo mundo. P. Alegre: Tomo Editorial. 2016.

ESTERMANN, J. Filosofía Andina: Sabiduría indígena para un mundo nuevo. Quito/La Paz 1998; 2006.

FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GEORGESCU-ROEGEN, N. The Entropy Law and the Economic Process. Cambridge Mass: Harvard University Press, 1971.

GORZ, A. Ecologia e liberdade. São Paulo: Cortez, 1977.

GUARDERAS, P. El Buen Vivir como alternativa al desarrollo: una crítica desde la Ecología Política. Ecología Política, n. 44, p. 85-92, 2012.

GUARDERAS, P. O Bem Viver e o pós-desenvolvimento: desafios e potencialidades. Revista de Ciências Sociais e Humanas, v. 26, n. 1, 2020, p. 110-125.

KRENAK, A. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LATOUCHE, S. Pequeno tratado do decrescimento sereno. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LATOUCHE, S. Sobrevivência do capitalismo: O impossível necessário. São Paulo: Civilização Brasileira, 2018.

LÉNA, P, É. Enfrentando os limites do crescimento. IRD Éditions, Éditions Garamond Universitária, 2012.

MUNDURUKU, D. Das coisas que aprendi: ensaios sobre o bem-viver. 2. ed. – Lorena: DM projetos Especiais, 2019.

PAULA, J. A. Decrescimento e sustentabilidade: novos paradigmas para a economia. Revista de Administração de Empresas, v. 53, n. 6, 2013, p. 510-516.

SCHOR, J. B. Plenitude: O novo capitalismo de baixo carbono. São Paulo: Cultrix, 2011.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

ARAÚJO, A. K; PANOSSO, C. E. Repensando o Desenvolvimento: Decrescimento, Simplicidade Voluntária e Bem Viver. **Rev. FSA**, Teresina, v. 21, n. 12, art. 11, p. 211-229, Dez. 2024.

Contribuição dos Autores	A. K. Araújo	C. E. Panosso
1) concepção e planejamento.	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X